



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM-COFIS**

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO -
<https://ipam.portovelho.ro.gov.br>

Ata de Reunião de Conselho Nº 1 - IPAM-COFIS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE 2026

(PREVIDÊNCIA)

Considerações Gerais

Pauta: **a)** Apresentação dos Relatórios de Investimento referente ao mês de janeiro de 2026; **b)** Outros Assuntos.

Local: Sala do Conselho Municipal de Previdência (IPAM).

Data: 20/02/2026 **Início:** 13:00h

Participantes: **Francisco Roberto Paula de França** (Presidente do COFIS – Conselheiro Eleito), **Luiz Henrique Gonçalves** (Representante do Executivo); **Onildo Pires Araújo** (Representante do Executivo) e **Maria Betânia Basílio de Souza** (Conselheira Eleita).

Participou ainda:

- **Sr. Odilon Júnior** – Coordenador de Investimentos do IPAM, responsável pela exposição técnica do **Relatório de Investimentos**.

O Presidente deu boas-vindas aos participantes e destacou que a pauta principal da reunião compreendia a **apresentação e análise do Relatório de Investimentos referente ao mês de janeiro de 2026**.

Os conselheiros ressaltaram a importância do monitoramento permanente da gestão previdenciária, diante do contexto econômico nacional e internacional, das frequentes mudanças na legislação e da necessidade de garantir a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Destacou-se que as decisões administrativas devem estar devidamente amparadas em fundamentos técnicos, atuariais e legais, com vistas à prevenção de riscos futuros e à preservação dos direitos dos segurados.

Objetivos Tratados

A reunião teve como objetivos:

- Apresentação e análise do Relatório de Investimentos referente a janeiro de 2026;
- Avaliação do cenário econômico nacional e internacional e seus impactos na carteira de investimentos do IPAM;
- Verificação do cumprimento da meta atuarial no período;
- Análise da evolução patrimonial e da composição da carteira;
- Esclarecimentos acerca do enquadramento dos investimentos à luz da Resolução nº 5.272/2025 e demais normativos aplicáveis aos RPPS;
- Atualização quanto ao processo de certificação no Pró-Gestão RPPS;

- Informações sobre cálculo atuarial e situação de fundos em liquidação.

Síntese dos Assuntos Tratados

2.1 Cenário Econômico – Janeiro/2026

O expositor iniciou contextualizando o ambiente macroeconômico, ressaltando que a análise do desempenho da carteira deve considerar fatores internos e externos que influenciaram o mercado no período.

No cenário nacional, destacou-se:

- Manutenção da taxa Selic em 15% ao ano, com sinalização de possível redução nas próximas reuniões;
- Projeção de queda gradual da Selic ao longo do exercício, podendo atingir patamar entre 12% e 12,5% ao final do ano;
- Taxa de desemprego em 5,1%, indicando mercado de trabalho resiliente;
- Massa salarial estimada em aproximadamente R\$ 361 bilhões;
- Expectativa de redução da inflação (IPCA), com projeção ajustada de 3,99% para 3,92%, conforme Relatório Focus.

Foi ressaltado que a perspectiva de queda da Selic tende a favorecer ativos de renda variável, diante da migração gradual de recursos da renda fixa para a Bolsa de Valores.

No cenário internacional, foram mencionados:

- Manutenção das taxas de juros nos Estados Unidos entre 3,5% e 3,75%, com expectativa de dois cortes ao longo de 2026;
- Tensões geopolíticas envolvendo Estados Unidos, Venezuela e Groenlândia, além de discussões comerciais entre União Europeia e Mercosul;
- Possível aumento da oferta global de petróleo no médio prazo, com reflexos nos preços internacionais.

2.2 Mercado Financeiro

A Bolsa de Valores brasileira superou a marca de 180 mil pontos em janeiro, registrando alta aproximada de 12,6%, impulsionada pela entrada de cerca de R\$ 26,3 bilhões de capital estrangeiro.

Destacou-se que investidores estrangeiros tendem a antecipar movimentos de política monetária, posicionando-se em renda variável antes da efetiva redução dos juros domésticos.

2.3 Desempenho da Carteira – Janeiro de 2026

Foram apresentados os seguintes dados consolidados:

- Patrimônio total: R\$ 1.227.917.016,74;
- Rentabilidade da carteira no mês: 1,32%;
- Meta atuarial no período: 0,83%;
- Cumprimento da meta: 159% da meta atuarial;
- Resultado financeiro do mês: aproximadamente R\$ 15.964.000,00;
- Resgates superiores às aplicações: R\$ 6.150.000,00;
- Saldo em conta corrente ao final do período: zerado.

No acumulado dos últimos 12 meses, observou-se evolução patrimonial de aproximadamente R\$ 1,05 bilhão para R\$ 1,227 bilhão. Em 2025, o rendimento acumulado foi da ordem de R\$ 136 milhões.

2.4 Alocação e Estratégia da Carteira

A composição da carteira apresentou a seguinte distribuição aproximada:

- Renda Fixa: R\$ 586 milhões (47,08%) – retorno de 1,17%;
- Renda Variável: R\$ 69,6 milhões (5,67%) – retorno de 7,24%;
- Títulos Públicos Federais marcados na curva: R\$ 571 milhões (46%) – retorno de 0,79%.

Quanto aos indexadores:

- 46% atrelados ao IPCA;
- 40% vinculados ao CDI;
- Percentuais menores distribuídos entre IRF-M, IMA, Small Caps e S&P 500.

Foi discutida a possibilidade de redução gradual de posições atreladas ao CDI e ampliação de exposição a índices como IMA-B (títulos atrelados ao IPCA) e IRF-M (títulos prefixados), considerando eventual ciclo de queda da Selic, que pode gerar valorização adicional dos títulos adquiridos a taxas mais elevadas.

2.5 Enquadramento – Resolução nº 5.272/2025

Foi informado que a carteira se encontra majoritariamente enquadrada na Resolução nº 5.272/2025.

Entretanto, em razão da inexistência de certificação no Pró-Gestão RPPS, o IPAM encontra-se atualmente autorizado a investir apenas em:

- Títulos do Tesouro Nacional;
- Fundos compostos exclusivamente por títulos públicos federais.

Não são permitidos, no momento:

- Investimentos em crédito privado direto;
- Fundos de participações;
- Fundos imobiliários;
- Determinados ativos estruturados de renda variável.

Foi esclarecido que o Instituto dispõe de prazo de até **dois anos** para promover eventual reenquadramento de ativos impactados pelas alterações normativas.

Registrou-se que o processo de certificação no Pró-Gestão encontra-se em andamento, com comissão instituída e procedimento licitatório para contratação da empresa certificadora em fase final.

2.6 Fundos Referenciados e Crédito Privado

Informou-se que aproximadamente 6,70% da carteira está alocado em fundos referenciados ao CDI, administrados por instituições financeiras de grande porte, podendo conter até 50% da carteira em ativos como crédito privado e letras financeiras.

Esclareceu-se que tais ativos apresentam elevada liquidez e que eventual resgate poderá ocorrer de forma estratégica, observando-se o prazo regulamentar para reenquadramento.

2.7 Fundos em Liquidação

Foram prestados esclarecimentos acerca de fundos em fase de liquidação:

- No fundo imobiliário, encontram-se em negociação ativos para alienação;
- No fundo de participação, há ação judicial decorrente de sentença arbitral de 2017, ainda em discussão judicial.

Foi informado que não há, até o momento, identificação de exposição relevante a instituição financeira mencionada em matéria jornalística recente, sendo que será expedido ofício à gestora e à administradora para confirmação formal.

2.8 Cálculo Atuarial

Comunicou-se que o processo licitatório para contratação da empresa responsável pelo cálculo atuarial foi concluído. A empresa contratada solicitou documentação contábil complementar, encontrando-se o trabalho em fase final, com previsão de entrega do relatório até o final de fevereiro de 2026.

2.9 Fundos Segregados – Posição em Janeiro/2026

Foram apresentados os dados dos fundos segregados:

Fundo Financeiro

- Patrimônio: R\$ 290.640.000,00;
- Resultado no mês: R\$ 30.238.000,00;
- Rentabilidade: 1,14%.

Fundo Previdenciário (Capitalizado)

- Patrimônio: R\$ 908.227.000,00;
- Resultado no mês: R\$ 12.405.000,00;
- Rentabilidade: 1,38%.

Fundo Administrativo

- Patrimônio: R\$ 29.149.000,00;
- Resultado no mês: R\$ 329.000,00;
- Rentabilidade: 1,15%.

Destacou-se o crescimento expressivo do Fundo Financeiro desde 2021, quando apresentava aproximadamente R\$ 63 milhões, alcançando cerca de R\$ 290 milhões em janeiro de 2026.

Deliberações e Providências

Após as análises e discussões, o Conselho Fiscal deliberou:

- O Conselho Fiscal tomou ciência do Relatório de Investimentos referente a janeiro de 2026.
- Registrou-se o cumprimento e a superação da meta atuarial no mês.
- Determinou-se o acompanhamento contínuo da evolução da taxa Selic e seus impactos na renda variável e nos títulos prefixados.
- Registrou-se também, a necessidade de avanço na certificação Pró-Gestão, visando ampliar as possibilidades de diversificação da carteira, observados os critérios de governança.
- Deliberou-se pelo monitoramento permanente da aplicação prática da Resolução nº 5.272/2025 e seus reflexos nos fundos previdenciários, considerando seu reflexo no enquadramento da carteira.
- Foi anotado que o Conselho deve realizar o acompanhamento da conclusão do cálculo atuarial e posterior apresentação ao Conselho.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença do expositor e dos demais participantes, ressaltando a importância do acompanhamento técnico permanente dos investimentos para a solidez e sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social.

Foi declarada encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata, que, após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

Porto Velho – RO, 20 de fevereiro de 2026.

Francisco Roberto Paula França

Presidente do COFIS

Luiz Henrique Gonçalves

Representante do Executivo

Maria Betânia Basílio de Souza

Representante Eleita

Onildo Pires Araújo

Representante do Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Henriques Gonçalves, Conselheiro(a)**, em 05/03/2026, às 12:14, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Roberto Paula de França, Conselheiro(a)**, em 05/03/2026, às 14:52, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Onildo Pires Araújo, Conselheiro(a)**, em 06/03/2026, às 11:46, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Betânia Basílio de Souza, Conselheiro(a)**, em 06/03/2026, às 12:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0610537** e o código CRC **115F4DCB**.

